

# Cirrose fiscal pode ser mais grave que infarto fiscal

» RUBENS PENHA CYSNE

Professor da Fundação Getúlio Vargas — Escola Brasileira de Economia e Finanças (FGV EPGE)

Entre 2008 e 2017, o Brasil passou por um confortável bônus demográfico, com elevada fração da população em idade de trabalho. Teve também um bônus derivado da descoberta de uma nova fonte de recursos naturais não renováveis, o Pré-Sal. Apesar dessas boas notícias, apresentou ao longo do período um déficit acumulado na conta corrente do balanço de pagamentos de US\$ 556 bilhões.

Ou seja, mesmo em fase de bonança, usou poupança do resto do mundo no valor médio anual de US\$ 55,6 bilhões para financiar majoritariamente consumo, em vez de investimento. Tendo trocado de forma míope, ao longo do tempo, a produção doméstica por importações líquidas de bens e serviços, o país tem hoje em dia, segundo a última PNAD contínua do IBGE, um contingente de desempregados da ordem de 13,4 milhões de pessoas. Trata-se de uma economia claramente doente, que não cresce a contento. O diagnóstico é de cirrose fiscal.

Até 1999, a doença mais comum costumava ser de "infarto fiscal". Esse ocorre quando, em função da conjugação de leniência fiscal e câmbio fixo (preço do dólar controlado pelo banco central), advém uma abrupta desvalorização do câmbio nominal. A doença, sempre repentina e brusca como o infarto médico, acometeu a economia brasileira em dezembro de 1979, fevereiro de 1983 e janeiro de 1999. A doença mais corriqueira no século 21 para os países que abusam da leniência fiscal, entretanto, não tem sido mais o infarto fiscal, mas sim a "cirrose fiscal". A cirrose fiscal deriva da leniência fiscal exacerbada quando o câmbio é flexível, ao invés de fixo.

A cirrose fiscal, ao contrário do infarto fiscal, e ainda que uma doença não menos nociva do que este, não se faz acompanhar de manchetes de primeira página anunciando uma nova maxidesvalorização da moeda nacional. Seu aviso mais usual ocupa, quando

muito, um pequeno espaço na terceira página do caderno de *Economia*, anunciando mais uma fábrica ou loja fechada, com subsequente elevação do desemprego. As mazelas decorrentes da cirrose fiscal, entretanto se dão de forma cumulativa e insidiosa, minando pouco a pouco, sem alarme, as células do fígado produtivo do país.

Os casos de cirrose fiscal passaram a suplantiar aqueles de infarto fiscal no século atual por dois motivos. Primeiro, porque vários países, como no caso da União Monetária Europeia, passaram a trabalhar com uma moeda única, tornando sem sentido (entre eles) o conceito de câmbio nominal. Sem esse, não se materializa o "infarto fiscal", já que não há moeda para sofrer maxidesvalorizações. Segundo motivo, vários países, como o Brasil a partir de 1999, passaram a trabalhar com câmbio flexível, ou algo próximo disso. Da mesma forma que no caso das uniões monetárias, sai de cena o câmbio fixo, controlado pelo banco central. E, com ele, os episódios de infarto fiscal.

Enquanto o governo consegue se endividar, elevando os juros, ele vai pagando salários e preços com os quais o setor privado não consegue competir. Troca futuro por presente e ganha o apoio temporário daqueles que não visualizam as consequências nefastas de longo prazo daí advindas. Os investimentos e as exportações são gradativamente expulsos de cena pelas cotoveladas do gasto público desmesurado.

Quando a produção nacional de bens e serviços se desvia da formação de capital e das exportações para fazer frente ao Leviatã consumista público, elegendo privilegiados, o importante para a sobrevivência empresarial passa a ser não mais pesquisar para produzir melhor, mas sim pesquisar sobre como obter os contratos com o setor público. Reduzem-se pouco a pouco, mas de forma constante e cumulativa, os incentivos à produtividade.

Tanto no infarto fiscal quanto na cirrose fiscal o motivo subjacente de todos os problemas claramente não é o regime cambial em si, simples coadjuvante, mas sim os excessivos gastos públicos com consumo e transferências. A carga tributária elevada e as carências de infraestrutura tornam difícil a vida de cidadãos e empresas. Mesmo taxando mais, sobrevém um déficit fiscal que consome a poupança doméstica, reduzindo o espaço para novas obras de estradas, saneamento e outros tipos de infraestrutura.

O passo seguinte é a utilização de poupanças externas para financiar o consumo, com um saldo das exportações sobre importações bem menor do que aquele que teria sido possível sob um regime de maior responsabilidade fiscal. Perde o futuro do país e perdem os mais jovens. O egoísmo intertemporal da sociedade passa a mostrar uma foto assustadora de desalento e carência.

A cirrose fiscal pode ainda evoluir das altíssimas taxas de desemprego para uma crise. Essa pode decorrer da desconfiança dos credores da dívida pública na solvência do governo em função da queda prevista de crescimento e da arrecadação de impostos. Ou da insurreição popular contra o desemprego, que poderá se manifestar democraticamente por intermédio do voto, nas próximas eleições. Na insurreição contra o desemprego crônico há duas possibilidades antagônicas e inúmeras intermediárias, dentre essas.

Na primeira, privilegia-se a produção descentralizada do setor privado, com taxaço simplificada e reduzida e regras do jogo bem definidas. Assim, a sociedade exige a redução dos gastos fiscais e o país tende a sair da zona de crise. No segundo cenário, as pessoas são convencidas de que para reduzir o desemprego devem-se criar mais cargos públicos e fomentar novas despesas públicas para "reativar a economia". Nesse caso, a inflação pode emergir como a única evolução possível da cirrose fiscal.